

MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR, QUALIDADE DE VIDA E SUSTENTABILIDADE

Elize Bertella¹
Keila Valandro²
Luiza Maria da Silva Rodrigues³
Osni Zioli⁴
Maria de Lourdes Bernartt⁵

Área de conhecimento: Economia Doméstica

Eixo Temático: Qualidade de vida e Desenvolvimento Sustentável

RESUMO:

O presente artigo objetiva debater conceitualmente a multifuncionalidade da agricultura familiar numa reflexão sobre as suas contribuições para o desenvolvimento sustentável. Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento sustentável necessita de participação dos sujeitos, propõem-se fazer um diálogo teórico, sobre o tipo de educação que temos, e qual o desejado, para que mais homens e mulheres participem da construção do desenvolvimento sustentável a partir da agricultura familiar. Neste contexto constata-se que atualmente a educação emancipatória não é trabalhada de forma significativa no sistema educacional, e isso pode se tornar um desafio diante da construção da sustentabilidade ambiental e da multifuncionalidade da agricultura familiar.

Palavras chave: Multifuncionalidade. Desenvolvimento Sustentável. Agricultura Familiar.

INTRODUÇÃO

Historicamente o debate sobre desenvolvimento ficou atrelado exclusivamente a indicadores econômicos. Apenas recentemente, com o advento do debate sobre a sustentabilidade ambiental, na segunda metade do século XX, inicia-se um novo campo de debate teórico sobre a conceituação de desenvolvimento, incluindo adjetivos que comportem outros elementos que eram de certa forma, ignorados tanto pelo capital quanto pelos governos. Dentre os novos adjetivos estão os termos ambiental, social, cultural, saúde, enfim se parecem como um “mantra” que quando expressado traduz tudo aquilo que buscamos de mais saudável, sustentável e belo para o desenvolvimento da vida no planeta. Aos poucos

¹ Graduada em Educação física, mestranda do PPGDR- UTFPR Pato Branco . elizedv02@hotmail.com

² Engenheira agrônoma, Mestranda do PPGDR – UTFPR Pato Branco. Keila.utfpr@gmail.com

³ Economista doméstica- Mestranda do PPGDR – UTFPR Pato Branco. rluizamaria@hotmail.com

⁴ Graduado em Educação física, professor da Fadep, metrando do PPGDR- UTFPR Pato Branco. osnizioli@gmail.com

⁵ Dra. Em Educação, Professorado PPGDR –UTFPR Pato Branco. marial@utfpr.edu.br



é possível superar a ótica de que a riqueza das nações deve ser avaliada apenas com base no Produto Interno Bruto - PIB, mas que atualmente tem-se outros elementos a serem considerados como é o exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. Nada mais humano, do que um índice que mede qualidade de vida, considerando requisitos de renda econômica, de longevidade-saúde e a qualidade educacional.

Estabelecer padrões de renda econômica, não parece ser tão difícil, uma vez que os detentores do capital e conseqüentemente o Estado sempre se preocuparam muito com isto, o que se necessita é ajustar para que mais pessoas tenham acesso a esta riqueza gerada, ou seja, que ocorra a redistribuição de renda. Observar os indicadores de saúde a partir da longevidade e da vida saudável demonstra a necessidade de começar a fazer uso de subjetividades que os atuais modelos quantitativos não comportam, o mesmo acontece com os indicadores de educação, como acesso e crescimento educacional, pois as variáveis são muitas e introduzir o desenvolvimento baseado em pessoas é uma tarefa muito mais complexa.

É a partir da discussão sobre a qualidade de vida, valores educacionais, culturais e desenvolvimento sustentável, que o presente artigo pretende discutir a multifuncionalidade da agricultura familiar, sendo esta correlação prerrogativa a ser aceita e compreendida para que o ambiente rural possa contribuir com o desenvolvimento sustentável, numa relação intrínseca entre o rural e urbano, desprezando os conceitos muito difundidos em séculos anteriores, de que a agricultura familiar é um lugar de atraso, de retrocesso ao desenvolvimento dos países. Romper com as medidas meramente econômicas, e compreender um rural com potencialidades de gerar qualidade de vida, incluindo aspectos de saúde, educação, cultura, geração de oportunidades de trabalho e acima de tudo inserido no debate sobre desenvolvimento sustentável para a manutenção da vida humana no planeta.

1 A AGRICULTURA FAMILIAR COMO SUJEITO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O debate sobre a categoria social agricultura familiar segundo Wanderley (2001) não é recente, e tão pouco corresponde uma categoria analítica nova dentro



da sociologia rural. Entretanto, no Brasil nos últimos anos ela é utilizada com significados e abrangência que assume ares de novidade e renovação.

Desde a utilização do termo camponês, na literatura de Kautski, até os anos atuais, muito se discute de onde veio e para onde vai sua relevância, ou importância diante das funções que desempenha. O que de fato tem-se é a congruência de inúmeras pesquisas, trabalhos e políticas que articulam-se em torno do desenvolvimento sustentável, trazendo o rural com novas perspectivas, conforme Schneider (2007) “a própria discussão sobre o desenvolvimento sustentável no Brasil é anterior à retomada do debate sobre o desenvolvimento rural. Neste caso, ocorre a confluência de dois temas que emergem no cenário social, político e intelectual”, o que provoca tais setores discutirem e buscarem essas novas perspectivas.

Entre todos os trabalhos que interferem na orientação de políticas dos diversos países, pode-se citar os que foram realizados pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO e o Banco Mundial. Estes órgãos trazem dados contundentes sobre orientações aos países em considerar um rural com múltiplas funções, entre elas as funções econômicas, sociais, ambientais, culturais e de vida das pessoas. No caso dos documentos e relatórios produzidos a partir destas agências internacionais, o modelo de agricultura que mais se aproxima do desejável para garantir a estruturação do desenvolvimento sustentável, é o modelo da pequena agricultura, aqui tratada, como agricultura familiar.

Um rural com forma dinâmica também é relatado por Kageyama (2008), onde há uma diversidade nas formas de ocupações, constituindo se num ambiente dinâmico para uma nova ruralidade: os espaços podem ser de baixa ou alta densidade, com atividades agrícolas, pecuárias, de educação, de turismo. Lugar onde a característica de relações de vizinhança, parentesco, com controle social comunitário, é enraizada.

O rural deixa de ser apenas um lugar de produção, mas se torna um ambiente complexo em que envolvem relações sociais entre rurais e rural-urbano, a agricultura atual oferece novas oportunidades para centenas de milhões de pessoas de baixa renda das áreas rurais saírem da pobreza.

Outras contribuições possíveis de se observar a partir do modelo da agricultura familiar é a existência de uma relação direta entre trabalho e gestão,



onde a direção do processo produtivo é conduzida pelos proprietários, há ênfase na diversificação produtiva, na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a também utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e tomada de decisões imediatas ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (FAO/IN CRA, 1994), são formas alternativas de organização social, contrastando com a homogeneização proposta pelo capitalismo.

No caso brasileiro, a agricultura familiar é considerada este ambiente de multifuncionalidade, pois contribui com a produção de alimentos e matérias-primas, gera mais de 80% da ocupação no setor rural e favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético (CEPLAC, 2013).

O termo da multifuncionalidade, não é um conceito estático, por muitos anos, ele vem sendo construído, num diálogo constante entre pesquisadores, organizações da sociedade civil do campo e governos envolvendo a sustentabilidade. Entendemos que a utilidade da noção de multifuncionalidade reside no fato de consentir e colocar no mesmo quadro analítico, diversos elementos e fatos sociais que compõem o universo social do mundo rural, favorecendo a concepção da inserção de diferentes tipos de famílias rurais nesse universo e, assim, corroborando formas de inserção social e de fontes de renda que normalmente ficam fora dos quadros analíticos hegemônicos. Não se trata, no entanto, de apenas inserir novas formas de participação econômica de segmentos da população rural ou de buscar significados econômicos para certas atividades que são classicamente consideradas como pertencentes ao meio “sócio-cultural” (Perico, 2008).

A abordagem da multifuncionalidade, mais do que isso, propõe integrar à dimensão econômica, outras esferas do mundo social, da mesma maneira, importantes na reprodução social de famílias rurais viabilizando uma abordagem teórica de continuidade entre as noções de campesinato e de agricultura familiar e, assim, acarretando novos elementos para a elaboração de projetos de desenvolvimento rural sustentável a partir do rural.



2 O RURAL COMO UMA ESPAÇO NÃO ECONÔMICO

O olhar através da lente da agricultura multifuncional torna visível a contribuição do rural inserida na dinâmica ambiental, social e cultural da sociedade, justificando assim a relevância pelos serviços prestados pelo homem do campo na preservação dos bens ambientais, que são consumidos por toda a sociedade. A postura da preservação rompe com a imagem do agricultor movido exclusivamente por uma racionalidade econômica, e passa-se a avaliar a totalidade da vida social das famílias rurais que têm na agricultura como um lugar de vida.

Para a cultura do homem do campo, a formação humana preconiza o respeito pela natureza, como forma de respeitar a si próprio, por compreender que os efeitos negativos sobre o meio ambiente, irão afetá-lo diretamente, desta forma, a preservação do solo e das águas, lhe garantem continuidade de sua espécie.

As antigas políticas desenvolvimentistas estruturadas no Brasil em anos anteriores foram num esforço de transformar o rural num ambiente apenas produtivista, e desta forma criou situações de poluição e degradação do solo e da água alarmantes. Entre os problemas ambientais gerados pela modernização agrícola iniciada nos anos 70, estão o esgotamento da capacidade produtiva dos solos, forte dependência de insumos externos a propriedade, erosão e poluição do solo, água, animais, perda da biodiversidade. Muitas destas políticas invasivas refletem nos resultados que são sentidos até hoje, como o retrato apresentado pelo IBGE do Indicador de Sustentabilidade, ao analisar dados de 1997 a 2000:

A agricultura moderna tem gerado impactos ambientais que comprometem a sustentabilidade dos ecossistemas agrícolas, a médio e longo prazo, embora esteja atingindo níveis de produção e de produtividade que atendem ao mercado. Os fertilizantes são largamente utilizados e estão associados eutrofização dos rios e lagos, acidificação dos solos e contaminação de aquíferos de reservatórios de água (IBGE, 2001).

Ao se levar em consideração os aspectos da manutenção da vida no campo, a modernização agrícola foi o processo mais massacrante da cultura capitalista sobre a cultura do rural brasileiro e mundial. Transformando um lugar de moradia, de reprodução da vida, num mecanismo de capital para gerar mercadorias, de modo inconseqüente, destruindo o ecossistema, expulsando as pessoas para as cidades.



Para a cultura do camponês, do homem do campo, do agricultor familiar, a terra é mais que um espaço produtivo e gerador de mercadorias. A terra é também uma construção histórica de sua própria constituição, como um elemento simbólico e imaterial.

A afirmação da permanência do rural, enquanto espaço integrado, porém específico e diferenciado, é reforçada quando se leva em conta as representações sociais a respeito do meio rural. Considero particularmente fértil, nesta reflexão, a idéia de que, mesmo quando se atinge uma certa homogeneidade, no que se refere aos modos de vida e à chamada “paridade social”, as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade. O que parece mais importante a registrar é que estas diferenças se dão não mais ao nível do acesso aos bens materiais e sociais, que seriam, então, de uma certa forma, similarmente distribuídos entre os habitantes do campo ou da cidade, nem mesmo no que se refere ao modo de vida de uns e de outros. As diferenças vão se manifestar no plano das “identificações e das reivindicações na vida cotidiana”, de forma que o “rural” se torna um “ator coletivo”, constituído a partir de uma referência espacial e “inserido num campo ampliado de trocas sociais. (Wanderley, 2001, p33).

3 A CULTURA COMO PARTE DA MULTIFUNCIONALIDADE

Ao lado da pluralidade de referências para as práticas e comportamentos encontrados hoje no rural, também se pode ver imposições ou intervenções exógenas que obrigam os agricultores familiares a se posicionarem e se adaptarem a novas situações, que nem sempre lhes são favoráveis nos jogos de forças sociais. A representação rural não só como um espaço de produção, mas também como um espaço de biodiversidade, de lazer e serviços tem acarretado novas funções para este espaço (Froehlich, 2000). Esta construção de ideário externo, independente que joga sobre o rural uma responsabilidade, pelo qual ele não é chamado a construir pode reproduzir o mesmo modelo desenvolvimentista adotado pela modernização agrícola, nos anos 70, gerando ganhos econômicos, mas tantos problemas sociais, que levam muitas décadas para serem superados.

No caso do rural, a compreensão sobre sua cultura necessita ser lapidada, por vezes, a expressão “cultura”, no senso comum, aparece relacionada com erudição de alguém, de um determinado grupo ou classe social, e até mesmo a certas formas de produção. Essa visão remonta à passagem do século XVIII para o



XIX, quando, após um longo percurso iniciado na Antiguidade, o conceito é retomado na França como algo que distingue os grupos humanos que estão em estado intelectual avançado, na Alemanha, como a produção que distingue uma nação das demais, e na Inglaterra, como um modo de produção que diferencia as classes sociais (Neira; Uivinha, 2009).

No decorrer do século XX, no entanto, além de se manter preso à sua origem de “cultivo”, o termo cultura ganha ênfase como processo de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético, o que faz estabelecer uma forma de distinção social.

Hall (2003) questiona o sentido antropológico do conceito de cultura como modo de vida e incorre na busca por uma definição histórica das práticas culturais por meio de formação social, poder, dominação, regulação, resistência a luta. A cultura e, nessa concepção um campo contestado de significação. O que está centralmente envolvido nesse jogo é a definição da identidade cultural e social dos diferentes grupos. A cultura é um campo no qual se define não apenas a forma que o mundo deve ter, mas também a forma como as pessoas e os grupos devem ser. A cultura é um jogo de poder. Sinteticamente, os estudos culturais estão preocupados com questões que se situam na conexão entre cultura, significação, identidade e poder.

Segundo Daolio (1997) a escola evolucionista influenciada por Darwin, surge para dar conta da compreensão de homens que viviam em regiões longínquas e apresentavam comportamentos exóticos. Esta escola afirmava em síntese que todos os seres vivos passavam por uma evolução e que o homem não foi poupado deste processo. Assim, os povos encontrados no mundo eram considerados num estágio de desenvolvimento anterior ao homem europeu do século XIX. Pensadores evolucionistas classificavam os homens como fazendo parte de três categorias básicas: selvageria, barbárie e civilização. Tal pensamento teve como fator positivo, o de considerar todos os indivíduos encontrados como humanos, entretanto, era preconceituoso e etnocêntrico, à medida que considerava as diferenças entre os homens como desigualdades, justificando ainda a prática da colonização.

Giddens(2005) entende cultura como aspectos da sociedade humana que são antes aprendidos do que herdados. Esses elementos culturais são compartilhados por membros da sociedade e tornam possível a cooperação e comunicação, compreendendo tanto aspectos intangíveis como tangíveis, entre eles podemos



destacar o patrimônio cultural e por consequência as idéias de capital social e cultural.

O sociólogo francês Michel Maffesoli(2000) analisou a mudança de enfoque da sociedade pós moderna, onde segundo ele, o individualismo é substituído pela necessidade de identificação comum grupo, aspecto que pode ser observado na moda por exemplo, e que é reforçado pelo desenvolvimento tecnológico. Para ele não se trata de uma nova cultura, mas de sua transformação, como aspectos decisivos para o tempo em que vivemos. O surgimento de grupos, conjuntos musicais, esportivos e turísticos é apontado pelo autor como característica dessa nova sociedade.

Ainda com apoio de Maffesoli (2000), podemos tentar compreender melhor o que leva as pessoas a se unirem em “aldeias” que nas relações com outras “aldeias” se entrecruzam, se opõem, se entre ajudam, ao mesmo tempo em que, permanecem elas mesmas. A expressão “aldeia” se trata de uma metáfora, o que o autor quer pontuar é que em um determinado território, as pessoas de maneira mais ou menos efêmera se enraízam, se retraem, buscando abrigo e segurança. Este território pode ser desde um espaço concreto como um território simbólico. Vamos aqui entrar no campo da cultura. Entretanto, o autor chama atenção para o local como campo privilegiado para o que ela chama de “espírito de máfia”, ou seja, na busca de moradia, trabalho e privilégios quotidianos, a prioridade será dada aos que pertencem a tribo ou aos que gravitam em seus círculos de influência. Em geral, está análise é feita no quadro da família, mas, certamente, é possível estendê-lo à família ampliada, quer dizer, a um conjunto que se apóia no parentesco, é bem verdade, mas que também se apóia em múltiplas relações de amizade de clientelismo, ou de serviços recíprocos. Assim, o termo “laço” (familiar, de amizade, etc.) deve ser compreendido em sua acepção mais estrita, isto é, a da necessidade. A ajuda mútua, sob suas diversas formas, e um dever, muitas vezes não dito.

O antropólogo estadunidense Marshall Sahlins influenciado por Karl Polanyi, afirma em seu livro Cultura e Razão Prática (2003) que não é o modo de produção que determina a superestrutura como afirmava Marx, e sim as relações de afinidades e parentesco, principalmente nas sociedades primitivas ou tribais. Ou seja, o que o dinheiro significa para o Ocidente é o mesmo que o parentesco significa para o resto do mundo.



Agricultura familiar, presente no “local” não fica isenta das fortes influências dos processo globais que transcendem os grupos, as classes sociais e as nações como apontados Ortiz (2005). Entretanto, concordamos com Hall (2004) quando afirma ser simplista e exagerado acreditar que a globalização ameaça destruir as identidades e a “unidade” das culturas locais. Assim, se olhamos a multifuncionalidade da agricultura a partir das políticas públicas, talvez possamos supor com a flexibilização das funções do rural uma imposição, como aquelas apontadas por Froehlich (2000), mas, como lembra Dowbor (1997), por mais que algumas coisas se globalizaram, outras se tornaram, mais locais, com o renascer da valorização de tradições regionais e do rural, por exemplo.

Logo, como nos lembra Maffesoli (2010, p. 21), “não é mais o desenvolvimentismo que prevalece, mas sim um envolvimento. O estético, nesse sentido, consiste em aproveitar esta terra e não mais violentá-la a qualquer custo” Esta talvez seja o maior legado do local, neste caso da cultura da agricultura familiar, como forma de resistência a globalização cultural e econômica.

4 A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL PELO OLHAR DA MULTIFUNCIONALIDADE

Como exemplo da preservação dos recursos naturais e da paisagem rural temos o projeto “Água e Qualidade de Vida” - financiado pelo programa Petrobrás Ambiental - reflete uma reação aos impactos de um sistema de produção em crescente processo de intensificação produtiva. Neste caso se destaca o peso das crises que conduziram à busca de mudanças quando a poluição e a falta de água levaram os atores a buscar por uma alternativa mais sustentável de vida Perondi, et al, (2010). Ainda que a preocupação com o meio ambiente seja uma realidade recente para a população rural brasileira, vemos que ela afeta diretamente o desempenho da agricultura, principalmente, devido à atuação dos órgãos de controle ambiental.

No Brasil, onde predomina o modelo produtivista modernizante do latifundiário – responsável pelo vasto desmatamento do território brasileiro – a política de controle ambiental é exercida basicamente contra os pequenos agricultores considerados improdutivo e atrasados. Verificamos que as maiores partes das áreas ainda preservadas do território brasileiro são habitadas com maior ou menor



densidade por populações indígenas ou por comunidades rurais “tradicionais” - caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, caipiras – para as quais a conservação da fauna e flora é a garantia de sua perenidade. O procedimento de expansão das fronteiras agrícolas e extrativistas da sociedade brasileira, por sua vez, reporta e se pauta por um modelo de ocupação do espaço e de uso dos recursos naturais causador da degradação ambiental e de enormes custos sociais (Arruda, 1999).

Para esse mesmo autor a política ambiental vigente, ao ignorar o potencial conservacionista dos segmentos culturalmente distintos que historicamente preservaram a qualidade das áreas que ocupam, tem desamparado possivelmente uma das únicas vias adequadas para alcançar os objetivos a que se propõe.

Para Carneiro e Maluf, (2005), no tocante à paisagem, a preocupação é quase inexistente a não ser pela relação negativa com agricultura em áreas de exploração turística. Nesses casos, a preservação da paisagem para consumo de camadas médias urbanas entra inteiramente em conflito com a prática agrícola percebida como “devastadora” e “nociva” ao meio ambiente. A ação de órgãos ambientalistas vem ao encontro dos interesses da exploração do turismo na repressão à agricultura o que reduz as condições de permanência da população rural nativa que, em grande parte, acaba sendo pressionada a vender seus lotes a cidadãos.

Esses fenômenos, cada vez mais difundidos no país, vêm reforçar a necessidade de se pensar em propostas de desenvolvimento rural sustentável que tendam a estimular a habilidade da agricultura familiar em preservar os recursos naturais e a paisagem. Para tal é necessário também identificar as representações sociais das diferentes categorias de famílias rurais sobre a paisagem e a natureza e a relação entre essas imagens com as práticas sociais que assentem a dinâmica de reprodução social dessas famílias (HOFF, 2008).

5 O RURAL COMO LUGAR DE QUALIDADE DE VIDA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O termo qualidade de vida se expressa como uma área multidisciplinar de conhecimento que engloba além de diversas formas de ciência e conhecimento popular, conceitos que permeiam a vida das pessoas como um todo. Para a



Organização Mundial de Saúde – OMS (1995), qualidade de vida é o método utilizado para medir as condições de vida de um ser humano partindo da percepção que o indivíduo tem de sua inserção no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações envolvendo o bem espiritual, físico, mental, psicológico e emocional, ligados aos relacionamentos sociais como família e amigos e fatores como saúde, educação, poder de compra, habitação, saneamento básico e outras circunstâncias da vida.

Minayo complementa o conceito da OMS ressaltando, que:

Qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural. (Minayo et al. 2000, p.10)

Nessa perspectiva, para melhor compreender a área de conhecimento em qualidade de vida é necessário adotar uma perspectiva, ou um paradigma complexo de mundo, pois se expressa na relação entre o homem a natureza e o ambiente que o cerca. Estes aspectos precisam estar associados para que a influência de um sobre o outra seja considerada, formando um todo. Há uma relação íntima entre aspectos objetivos e subjetivos a respeito desse tema: “nenhuma análise sobre qualidade de vida individual poderá ser desenvolvida sem uma contextualização na qualidade de vida coletiva” (TUBINO, 2002, p. 263).

Essa compreensão direciona o estudo sobre qualidade de vida para a necessidade de estabelecer parâmetros objetivos como condições de saneamento básico, saúde, alimentação, moradia, transporte, educação, entre outros (VILARTA E GONÇALVES, 2004).

Conforme as definições adotadas para este contexto, quando aborda-se a qualidade de vida no meio rural percebe-se que no contexto meio rural, onde são desenvolvidas atividades agrícolas e não agrícolas, proporciona-se aos homens e mulheres melhores condições de elevação do nível de qualidade de vida em vários aspectos.



No tocante a alimentação que influencia diretamente a saúde física principalmente se considerando a agricultura familiar, com a auto produção de alimentos a qualidade dos mesmos é elevada, pois a utilização de agrotóxicos e demais insumos químicos é consideravelmente diminuída e nula quando se fala em produção agroecológica.

No quesito a saúde espiritual e bem estar social e emocional relacionados comumente a convivência familiar e comunitária e ao nível de stress cotidiano, a realidade rural brasileira ainda oportuniza vários momentos para esta convivência, um exemplo de convivência comunitária são as associações comunitárias muitas vezes ligadas a cunho religioso que oportuniza a convivência e as trocas com os moradores de uma determinada região (KAGEYAMA, 2008). Na convivência familiar os horários de trabalho mais condicionados ao período diurno e na própria propriedade oportunizam a convivência no período noturno ou em finais de semana. O contato direto com a natureza fator significativo na diminuição da carga de stress diária que se comparada ao meio urbano é consideravelmente mais baixa.

Quando se fala em acesso a educação e saúde básica, percebe-se que ainda a muito a se progredir no Brasil, pois segundo Silva (2001), há no rural brasileiro ainda muito do atraso, da violência, por razões em partes históricas, relacionadas com a forma como foi feita a nossa colonização, baseada em grandes propriedades com trabalho escravo. O autor ainda ressalta que:

Há também a emergência de um novo rural, composto tanto pelos *agribusiness* quanto por novos sujeitos sociais: alguns neo-rurais, que exploram os nichos de mercados das novas atividades agrícolas, moradores de condomínios rurais de alto padrão, loteamentos clandestinos que abrigam muitos empregados domésticos e aposentados, que não conseguem sobreviver na cidade com o salário mínimo que recebem milhões de agricultores familiares e pluriativos, empregados agrícolas e não-agrícolas e ainda milhões de “sem – sem”, excluídos e desorganizados, que além de não terem terra, também não tem emprego, não tem casa, não tem saúde, não tem educação. (SILVA, 2001, p.01).

Assim, para enfrentar este desafio de aumentar a qualidade de vida da população rural, diminuindo as desigualdades sociais, a alternativa é melhorar continuamente os serviços prestados através de políticas públicas adequadas, incluindo o rural como um ator que dialoga com urbano, buscando desenvolvimento sustentável a humanidade



6 A CONTRIBUIÇÃO DA EXPERIÊNCIA FRANCESA NA MULTIFUNCIONALIDADE

Para Laurent, (2000a), a curta experiência dos Contratos Territoriais de Estabelecimento, na França (CTEs) e dos atuais Contratos de Agricultura Sustentável (CADs) foi suficiente para nos alertar que esse tema deve se inserir na reafirmação explícita dos papéis reguladores do Estado não deixando subordinar o exercício do poder político do Estado os princípios do jogo econômico instituídas no âmbito supranacional.

A percepção francesa da multifuncionalidade é centralizada na relação entre um projeto de sociedade e as funções econômicas, sociais e ambientais da agricultura. Ela parte da conjuntura de que o agricultor deva ser remunerado por serviços (bens públicos) oferecidos à sociedade tais como: assegurar a preservação dos recursos naturais e a conservação das paisagens; garantir a segurança alimentar através da qualidade dos alimentos (demanda cada vez maior dos consumidores); garantir a ocupação e a dinamização dos espaços rurais evitando o abandono de áreas rurais e preservando o patrimônio cultural (um modo de vida específico).

A versão francesa define que “a multifuncionalidade da agricultura é um conjunto de contribuições da agricultura, bem longe da função primária de produzir bens: alimentos e fibras, a um desenvolvimento econômico e social avaliado na sua unidade; o conceito oficial da multifuncionalidade exprime a pretensão que essas diferentes contribuições possam ser associadas de maneira sustentável e coerente segundo as modalidades julgadas satisfatórias pelos cidadãos” (Laurent, 2000b).

Como avalizam Sabourin e Djama (2003), muitas vezes as medidas praticadas no quadro dos CTEs na França, ficou limitada a conquista de novos segmentos de mercados diversificados reservados a uma minoria de produtores extremamente competitivos. A dificuldade dos técnicos responsáveis pela operacionalização dos contratos em compreender a agricultura sob uma nova ótica que não a da racionalidade econômica também colaborou para os desvios na prática de contratos que seguissem à risca a nova orientação.

A noção de multifuncionalidade da agricultura valoriza as peculiaridades do agrícola e do meio rural por sua contribuição e potencialidade não apenas na



produção de bens privados e materiais. A principal inovação dessa abordagem é expandir o campo das funções sociais atribuídas à agricultura e, de tal modo, reorientar o olhar dos formuladores de políticas, e da sociedade como um todo, para o aspecto público dos serviços e bens oferecidos à sociedade pelas famílias rurais.

Nesses termos, o agricultor seria estimulado a se dedicar com maior compromisso ao desempenho de tais “funções” sendo, para tal, remunerado pela sociedade através do Estado. É possível também pensar que tais serviços, como exemplo a preservação da paisagem, possam ser adequados, de maneira particular, pelos que exploram o turismo e o comércio em geral e que são remunerados por este serviço, diretamente, pelos respectivos usuários (Carneiro e Maluf, 2005).

Do mesmo modo as medidas de apoio à agricultura multifuncional levam em conta a atuação da família rural, no seu conjunto, integrando não só a diversidade produtiva do estabelecimento agrícola, mas também as demais inserções como: as sociais, culturais, ambientais dos seus membros.

7 UM MODELO EDUCACIONAL PARA COMPREENDER A MULTIFUNCIONALIDADE NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A relevância da noção de multifuncionalidade da agricultura surge como uma possibilidade de acordo com o Relatório do Banco Mundial, sobre as contribuições da agricultura familiar ou pequena agricultura para o desenvolvimento. De acordo com o relatório do Banco Mundial 2008- “embora os mundos da agricultura sejam vastos, diversificados e em rápida transformação, com as atuais políticas e investimentos não dão conta de proporcionar a mudança”, que se adapte ao nível onde as pessoas estão. “A agricultura atual oferece novas oportunidades para centenas de milhões de pessoas de baixa renda das áreas rurais saírem da pobreza. Os caminhos para sair da pobreza, abertos para essas pessoas, pela agricultura incluem a agricultura de pequena escala e a criação de animais, o emprego na nova agricultura de produtos de alto valor, o empreendedorismo e os empregos no valor, economia rural não-agrícola emergente. (2008, p. 01)”.

O documento afirma que é hora de colocar a agricultura novamente no centro da agenda do desenvolvimento, levando em conta o contexto amplamente diferente de oportunidades e desafios que surgiram desde então. Reforça ainda a articulação de agenda de diálogo entre todos, urbanos e rurais, para apropriação de



conhecimentos para a construção de mecanismos democráticos capazes de tratar com dinamismo a sustentabilidade ambiental. “As formas educacionais possíveis também se desenvolvem no exercício de participação, nas formas colegiadas e conselhos gestores institucionalizados de representantes da sociedade civil” (Ghon, 2009, p. 01).

Este ambiente de diálogo com apropriação de conhecimentos pressupõe o envolvimento dos sujeitos com uma riqueza colaborativa, num ambiente que requisite a participação e a expressão de habilidades para a solução os objetivos coletivos, rompendo com o individualismo alicerçado por muitos anos no capitalismo.

Os conhecimentos necessários para o desenvolvimento sustentável precisam superar o pragmatismo de fatalidade ao homem e o seu fazer. Paulo Freire afirma que o homem “é mais do que um ser no mundo, com o mundo e com os outros”. O homem se constrói pela presença do outro, quando pela presença ele “intervém, que transforma, que fala do que faz, mas que também do que sonha, do que constata, compara, avalia, valora, que decide que rompe. E é no domínio da decisão, da avaliação, da liberdade, da ruptura, da opção, que se instaura a necessidade da ética e se impõe a responsabilidade” Freire, (1996, p. 18). Esta ética e responsabilidade que se impõe se apresenta como um desafio não só escolar, mas da educação dos seres humanos, uma vez que o homem não é só no mundo, ele está no mundo e faz parte dele. Sendo a humanidade tão responsável pelo que faz, como o que deixa de fazer.

O conhecimento apenas instrucional, para o mercado afirma que “[precisa-se de gente bem educada], na prática alega-se a necessidade de treinamento, técnico, em processos produtivos informatizados. Trata-se da qualidade formal, típica, separada da qualidade política (Demo, 2002, p. 17)”. Não exigindo, uma relação de construção de sujeitos envolvidos com o conhecimento, apenas recebedor. Esta mudança de formato educacional, só é possível a partir de uma educação com abordagem crítica da realidade, a partir de experiência e análise e uma constante releitura do mundo, pois “o mundo não está para nós, mas nós é que estamos neste mundo”, e precisamos nos compreender como parte dele, e agir, participar, atuar, modificar.

Cada vez mais é evidente que muitas questões sociais, econômicas e ambientais estão relacionadas entre si, como por exemplo, pobreza,



distribuição desigual de recursos, crescimento demográfico, migração, desnutrição, saúde, HIV, mudanças climáticas, fornecimento de energia, ecossistemas, diversidade biológica, recursos hídricos, segurança alimentar, e toxinas prejudiciais ao meio ambiente (UNESCO, p.28)

O *rool* de desafios é tão amplo, que a discussão sobre a necessidade de uma nova forma educacional deveria ter como base a formação de sujeitos a partir da problemática coletiva, rompendo com perspectivas educacionais individualistas. Só assim a discussão sobre urbano e rural também será superada pelo dever do exercício dos diálogos sobre a sustentabilidade incluindo a agricultura familiar como ator para além da sustentabilidade econômica.

Entre os papéis da educação está em se perguntar “a realidade seria mesmo esta? Seria isto mesmo que temos para o futuro? (Freire, 1996)”. A atuação da educação sobre o ambiente deve ser de “olhar a história como possibilidade, e não como determinismo”.

A vinculação no caráter produtivista da agricultura familiar – teria alterado algumas funções essenciais da agricultura familiar na sua relação com a sociedade, tais como: a preservação do meio ambiente em determinadas áreas; a articulação do agricultor e de sua produção com os aspectos culturais e sociais do território em que está inserido, a manutenção de um modo de vida e de se reproduzir, a segurança alimentar das famílias produtoras, a preservação ambiental e a manutenção do patrimônio cultural (estilo arquitetônico das casas, manifestações culturais etc); a oferta de emprego rural (Cazella, Bonnal e Maluf, 2009).

O modelo da agricultura produtivista estaria reduzindo seu papel na coesão econômica e social e sua função de refúgio para as famílias pobres, colaborando assim para o crescimento das diferenças e das dinâmicas de exclusão. A proposta de uma agricultura multifuncional surge, portanto, no sentido de que o setor não se limita à produção para o mercado, mas se estende também à oferta de serviços e bens (materiais e imateriais) à sociedade. Como a função cultural, na conservação do patrimônio cultural das populações locais e na produção e ou preservação de saberes e conhecimentos.



CONSIDERAÇÕES

No debate sobre o papel da agricultura familiar no desenvolvimento nacional, é extremamente interessante a concepção identificada por Torrens (2005) que associa múltiplas dimensões na percepção de uma totalidade indissociável, que vai muito além do olhar produtivo. Entre as dimensões, além da econômica e sua relação com a segurança alimentar e nutricional e geração de ocupações rurais, impõem-se a importância da dimensão ambiental, na preservação e conservação do meio ambiente; da dimensão social e sua importância na inclusão e combate à pobreza; da dimensão cultural, na conservação e preservação de conhecimentos e patrimônio cultural local; da dimensão política e sua importância na consolidação das organizações sociais representativas dos interesses coletivos e por fim na ênfase numa perspectiva territorial, que revalorizem os espaços rurais e a constituição de novas territorialidades.

O desenvolvimento sustentável não é uma utopia, mas sim um objetivo que deve ser construído coletivamente pela humanidade. Desta forma, é imprescindível que a participação de todas as pessoas seja valorizada. A participação é um dos valores que deve ser sistematicamente trabalhado a partir dos pressupostos educacionais, onde valores, princípios, conhecimentos e a responsabilidade coletiva são processos da formação humana não-inatos, mas desenvolvidos.

Os processos educacionais que nos formam são resultados do ambiente sócio político que vivemos. Atualmente a escola, como referencia educacional desenvolve papel de massificação e formação de um exército de indivíduos aptos a sociedade mercantil, individualista, liberal, criando habilidades profissionais estritamente produtivistas.

Desconstruir este paradigma da educação escolar individualista requer também um esforço coletivo, também na perspectiva de estranhamento com todas as formas dominadoras. Requer repensar e compreender que a educação passa a ser o processo de socialização dos indivíduos para uma sociedade racional, harmoniosa, democrática, por sua vez controlada, planejada mantida e reestruturada pelos próprios indivíduos que a compõem (Silva, 2011, p. 94).

Sendo assim discutir a multifuncionalidade da agricultura familiar, não discutirá apenas pela sua função econômica e contribuições a manutenção alimentar



e geradora de riquezas as nações, mas será concebida como uma aliada, e que possui inúmeras possibilidades de arranjo para o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. Ambiente & Sociedade - Ano II – nº.5. 1999.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de Agricultura para o Desenvolvimento- 2008-** Visão Geral. Disponível www.bancomundial.org.br/dronline.worldbank.org/worldbank/a/langtrans/28

CARNEIRO, Maria. José., MALUF, Renato Sergio. **Multifuncionalidade da agricultura familiar.** Cadernos do CEAM (UnB), Brasília, v. V, n.17, p. 43-58, 2005.

CAZELLA Ademir. A., BONNAL Philippe., MALUF, Renato. S.. 2009. In: Cazella Ademir Antonio (ed.), Bonnal Philippe (ed.), Maluf Renato S. (ed.). **Agricultura familiar: Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad Ed., p. 47-70.

CEPLAC. Alicia Ruiz Olalde. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável** 2013, <http://www.ceplac.gov.br/radar/artigos/artigo3.htm>

DAOLIO, Jocimar. **Cultura: educação física e futebol.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

DEMO, Pedro. **Educação e conhecimento.** Relação necessária, insuficiente e controversa. Editora Vozes, Petrópolis. RJ. 3 Edição, 2002.

FAO/INCRA **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável.** Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1994.

FROEHLICH, José Marcos. **Turismo rural e agricultura familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o “desenvolvimento”.** In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário. **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento.** Bauru, SP :EDUSC, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996

GIDDENS, Antony. **Sociologia.** 6 ed. Porto Alegre : Artmed, 2005

GOHN, Maria da Gloria. **Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social.** Avaliação | Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009



HALL, Stuart. **Da diáspora: identidade e mediações culturais.** Belo Horizonte/Brasília: UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 9 ed. Rio de Janeiro :DP&A, 2004.

HOFF, D. N. **A construção do desenvolvimento sustentável através das relações entre as organizações e seus stakeholders a proposição de uma estrutura analítica.** 2008. 2 v. (425 f.) : il. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios. Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Porto Alegre, RS, 2008.

IBGE. **Relatório:** Indicador de Sustentabilidade 2001. Disponível em www.ibge.gov.br , acessado em Julho de 2013.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural, conceitos e aplicações ao caso brasileiro.** UFRGS, 2008

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** Porto: Portucalense editora. (original alemão de 1898). Cap VI. “Grande exploração e pequena exploração”. 1972.

LAURENT, Catherine. **La multifunctionnalité de l’agriculture.** Paris: Inra-SAD, 2000a.

LAURENT, Catherine. **L’exploitation agricole au coeur du développement local français et européen.** (Révue d’Economie Régionale et Urbaine, n.3- 2000b).

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa.** 3 ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2000.

MAFFESOLI, Michel. **Apocalipse: opinião pública e opinião publicada.** Porto Alegre: Sulina, 2010.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. **Qualidade de Vida e saúde: um debate necessário.** Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 5, n.1, 2000, p. 7-18.

NEIRA, Marcos Garis; UIVINHA, Ricardo Ricci. **Cultura Corporal: diálogos entre educação física e lazer.** Petrópolis, RJ :Vozes, 2009.

OMS. **The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization.** Social science and medicine. v.41, n.10, 1995, p.403-409.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura.** São Paulo: Brasiliense, 2005.

PERICO, Rafael Echeverri. **Articulação de políticas e participação social.** In: MIRANDA, Carlos et al. *Articulação de políticas públicas e atores sociais.* Brasília: II CA, 2008.



PERONDI, M. A.; NUNES, S. P.; KIYOTA, N.; BENATO, J. A. **Gestão social da água**: a experiência sindical dos agricultores familiares do Sudoeste do Paraná. In: XLVIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2010, Campo Grande. Anais do 48º Congresso da SOBER, 2010.

SABOURIN, Eric. DJAMA, Marcel. **Pratique paysanne de la multifonctionnalité**. Nordeste brésilienet Nouvelle-Calédonie. Economie rurale, 273/274, 2003.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 2003.

SILVA, J.G. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. Estudos Avançados, v. 15, n. 43, 2001.

SILVA, Daniela Fernanda Ferreira. **Reflexões sobre a educação, escola e mudanças no mundo do trabalho sob uma perspectiva crítica in: FILHO, Domingos Leite Lima (org).TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA – o papel dos intelectuais e da educação**. Editora UTFPR, 1 edição, Curitiba 2011.

SCHNEIDER, Sergio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. *Rev. Econ. Polit.* [online]. 2010, vol.30, n.3, pp. 511-531. ISSN 0101-3157.

TORRENS, João Carlos S. **A sustentabilidade da agricultura familiar: enfoques e desafios**. Boletim do Deser. Ago. 2005, n 145. Disponível em: http://www.deser.org.br/boletins_download.asp?href=boletins/146_3.zip&id=233. Acesso em: 20 jul 2013.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Qualidade de Vida e sua complexidade**. In: MOREIRA, Wagner Wey; SIMÕES, Regina (orgs.). *Esporte como fator de Qualidade de Vida*. Piracicaba: Editora Unimep, 2002, p. 263-268.

UNESCO. **Década da educação das nações unidas para um desenvolvimento sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implantação**. Brasília: Unesco, 2005.

VILARTA, Roberto; GONÇALVES, Aguinaldo. **Qualidade de Vida - Concepções básicas voltadas à saúde**. In: GONÇALVES, Aguinaldo e VILARTA, Roberto (orgs.). *Qualidade de Vida e atividade física: explorando teorias e práticas*. Barueri: Manole, 2004, p.27-62.

WANDERLEY, N. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO (Org.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo- RS: UPF, 2001. in: publicação: *Una nueva ruralidad en América Latina?*. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

